ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 61.095.048/0001-15 - NIRE 35300046536

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2015. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de Reais)*

Ativos	**Nota**	**2015**	**2014**
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	411	358
Dividendos a receber	13	195	241
Impostos e contribuições a recuperar	6	9.190	9.154
Despesas antecipadas		392	93
Outros créditos	7	29.872	45
Total do ativo circulante		40.060	9.891
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	11	23.009	22.270
Operações de mútuo	13	350.058	356.558
Outros créditos	7	257.280	293.703
Investimentos	8	16.816	16.188
Imobilizado	9	1	2
Total do ativo não circulante		647.164	688.721
Total dos ativos		687.224	698.612

Passivos	**Nota**	**2015**	**2014**
Passivo circulante			
Fornecedores		79	63
Obrigações sociais e trabalhistas		8	8
Impostos e contribuições a recolher	10	28.467	28.474
Outras contas a pagar		457	451
Total do passivo circulante		29.011	28.996
Passivo não circulante			
Impostos e contribuições a recolher	10	264.797	273.864
Provisões para contingências	11	229.482	228.410
Operações de mútuo		300	–
Total do passivo não circulante		494.579	502.274
Patrimônio líquido	14		
Capital social		475.564	475.564
Reserva legal		4.715	4.715
Prejuízos acumulados		(316.645)	(312.937)
Total do patrimônio líquido		163.634	167.342
Total dos passivos		523.590	531.270
Total dos passivos e patrimônio líquido		687.224	698.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	**Reserva legal**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Em 2013	475.564	4.715	(307.346)	172.933
Prejuízo do exercício	–	–	(5.591)	(5.591)
Em 2014	475.564	4.715	(312.937)	167.342
Prejuízo do exercício	–	–	(3.708)	(3.708)
Em 2015	475.564	4.715	(316.645)	163.634

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	**2015**	**2014**
Receitas líquidas		–	–
Custo das vendas		–	–
Lucro bruto		–	–
Despesas administrativas	18	(2.581)	(1.654)
Outras receitas	15	7.068	1.707
Outras despesas	16	(6.693)	(4.778)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(2.206)	(4.725)
Receitas financeiras	17	21.852	19.339
Despesas financeiras	17	(24.177)	(21.219)
Financeiras líquidas		(2.325)	(1.880)
Resultado de equivalência patrimonial	8	823	1.014
(Prejuízo) líquido do exercício		(3.708)	(5.591)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de Reais)*

	2015	**2014**
(Prejuízo) líquido do exercício	(3.708)	(5.591)
Resultado abrangente total	(3.708)	(5.591)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014 *(Em milhares de Reais)*

	2015	**2014**
(Prejuízo) líquido do exercício	(3.708)	(5.591)
Ajustado por:		
Resultado da equivalência patrimonial	(823)	(1.014)
Depreciação e amortização	1	1
Aumento em provisão para contingências	1.072	2.238
Variações nos ativos e passivos		
Diminuição de contas a receber de clientes	–	42
Diminuição de estoques	–	18
(Aumento) em impostos e contribuições a recuperar	(36)	(96)
Diminuição em outros créditos	6.596	7.605
(Aumento)/diminuição em depósitos judiciais	(739)	25
(Aumento) em despesas antecipadas	(299)	(93)
Aumento de fornecedores	16	45
(Diminuição) de obrigações sociais e trabalhistas	–	(27)
(Diminuição) de impostos e contribuições a recolher	(9.074)	(10.309)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	6	(118)
Dividendos recebidos	241	788
Caixa líquido (usado nas) atividades operacionais	(6.747)	(6.486)
Aumento em partes relacionadas	6.800	2.260
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	6.800	2.260
Acréscimo/(decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	53	(4.226)
Demonstração da variação em caixa e equivalentes de caixa		
No final do exercício	411	358
No início do exercício	358	4.584
Acréscimo/(decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	53	(4.226)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, é uma controlada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo e tem como atividades a comercialização, importação e exportação de açúcar, etanol, produtos alimentícios em geral e seus derivados, o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras empresas. A Administração considera o pressuposto de continuidade para a elaboração dessas demonstrações financeiras, considerando o suporte do acionista controlador.

2. Entidades da Companhia

Entidade	**Cidade/ Estado - País**		**Participação acionária 2015**	**Participação acionária 2014**
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP - Brasil	Coligada	30,58%	30,58%

Imocop Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia possui como atividade preponderante a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar arrendamento, receber e dar parceria, locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras entidades.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 15 de junho de 2015. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecido nos balanços patrimoniais. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exige que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota explicativa nº 12 - Instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 4.c. (iii) - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); e • Nota explicativa nº 11 - Provisões para contingências. **e. Mensuração do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. **(i) Contas a receber de clientes:** O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. **(ii) Empréstimos e financiamentos:** O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado com base no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. **(iii) Passivos financeiros não derivativos:** O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas médias de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras. **b. Instrumentos financeiros:** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, são reconhecidos como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros recebíveis, partes relacionadas e adiantamento a fornecedor. ***(ii) Passivos financeiros não derivativos:*** A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. ***(iii) Capital Social:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **c. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas operacionais no resultado. ***(ii) Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***(iii) Depreciação:*** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2015
Máquinas e equipamentos	6,60%
Equipamentos de processamento de dados	20,00%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado. **d. Redução ao valor recuperável *(Impairment)*: *(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):*** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um investimento em instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:* A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. ***(ii) Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em períodos anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **e. Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que refletem as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **f. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receitas com operações financeiras e valor justo de instrumentos financeiros. As despesas financeiras compreendem, substancialmente, despesas com juros sobre impostos parcelados.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	**2014**
Depósitos à vista	206	358
Aplicações financeiras	205	–
Total	411	358

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente. Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados a uma média ponderada de 90% da variação de CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de março de 2015, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 12.

6. Impostos e contribuições a recuperar

	2015	**2014**
ICMS	5.731	5.731
PIS	3	–
IPI	2.593	2.593
Imposto de renda	7.769	7.733
Contribuição social	919	919
Outros	1	4
Provisão para perdas - ICMS e IPI	(7.826)	(7.826)
	9.190	9.154

7. Outros Créditos

	2015	**2014**
Contas a receber por cessão de créditos (i)	287.105	293.703
Outros créditos	47	45
Total	287.152	295.314
Ativo circulante	29.872	45
Ativo não circulante	257.280	293.703

(i) Refere-se à cessão de direitos de crédito que a parte relacionada Cooperativa detinha contra seus cooperados, em contrapartida da integralização de capital na Companhia ocorrida em 2012, para fazer face ao pagamento dos compromissos assumidos pela Companhia junto ao programa instituído pela Lei 11.941/09. Estes valores a receber estão garantidos por notas promissórias e carta de fiança bancária. O saldo compreende o valor principal corrigido pela taxa SELIC e tem seus vencimentos em até 115 meses.

8. Investimentos

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

	2015	**2014**
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	16.816	16.188

A Companhia registrou um ganho de R$ 823 no exercício encerrado em 31 de março de 2015 (R$ 1.014 em 2014) de equivalência patrimonial de sua coligada. A Companhia investida não tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores. O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em sua coligada:

	Participação	**Quantidade de ações**	**Ativos circulantes**	**Ativos não circulantes**	**Total de ativos**	**Passivos circulantes**	**Passivos não circulantes**	**Total de passivos**	**Patrimônio líquido**	**Receitas**	**Outras Receitas e Despesas**	**Lucro ou prejuízo**	**Equivalência patrimonial**
2014													
Imocop Empreendimentos Participações S.A. (i)	30,58%	75.490.085	12.513	42.068	54.581	1.606	44	1.650	52.931	2.312	1.004	3.316	1.014
2015													
Imocop Empreendimentos Participações S.A. (i)	30,58%	75.490.085	13.553	42.253	55.806	140	44	184	55.622	2.539	153	2.692	823

(i) Companhia auditada pela KPMG.

9. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	**Equipamentos de processamento de dados**	**Total**
Custo			
Saldo em 2014	94	5	99
Saldo em 2015	94	5	99
Saldo em 2014	(94)	(3)	(97)
Depreciações do exercício		(1)	(1)
Saldo em 2015	(94)	(4)	(98)
Valor líquido contábil			
Em 2014	–	2	2
Em 2015	–	1	1

10. Impostos e contribuições a recolher

	2015	**2014**
ICMS	15	15
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	28.452	28.452
Outros	–	7
Total circulante	28.467	28.474
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	264.797	285.257
Total não circulante	264.797	273.864

Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09: O Programa instituído pela Lei 11.941/2009 prevê parcelamento, em até 180 meses, dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada. A adesão ao programa foi deferida pela RFB e a consolidação dos débitos foi realizada em junho de 2011. A Companhia iniciou os pagamentos de saldo consolidado em junho de 2011dividido em 139 parcelas restantes e vem atualizando o saldo devedor. Os débitos incluídos no parcelamento pela Companhia abrangem os seguintes tributos: Imposto de renda, Contribuição social, PIS e COFINS, apresentando os seguintes saldos em aberto em 31 de março:

	2015	**2014**
PIS e COFINS	910	910
Imposto de renda e Contribuição social	308.175	308.175
	309.085	309.085
Juros até o exercício	90.174	68.297
Pagamentos até o exercício	(106.010)	(75.066)
	(15.836)	(6.769)
Total	293.249	302.316

A Companhia está cumprindo com as obrigações dentro dos prazos e condições previstos nos planos de parcelamentos e respectiva legislação.

11. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações tributárias e trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Tributárias	**Depósito Judicial**	**Trabalhistas**	**Depósito Judicial**	**Total de Provisão para contingências**	**Total de Depósitos judiciais**
Saldo em 2013	220.321	16.973	5.851	5.322	226.172	22.295
Provisões feitas durante o exercício	4.874	–	406	132	5.280	132
Provisões baixadas durante o exercício	(2.905)	–	(137)	(157)	(3.042)	(157)
Saldo em 2014	222.290	16.973	6.120	5.297	228.410	22.270
Provisões feitas durante o exercício	6.534	–	2.494	1.069	9.029	1.069
Provisões baixadas durante o exercício	(6.237)	–	(1.720)	(331)	(7.957)	(331)
Saldo em 2015	222.587	16.973	6.894	6.036	229.482	23.009

Os processos tributários, autos de infração e ações judiciais trabalhistas referem-se às contingências que estão sendo discutidas na esfera judicial e os valores estão provisionados de acordo com a opinião dos advogados contratados pela Companhia. A Companhia possui em andamento processos de ordem tributária, cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado de R$ 98.450, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

12. Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, entre outros demonstrados a seguir. **Gerenciamento de risco financeiro: *Visão Geral:*** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados. Os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessa demonstração financeira. ***Risco de crédito:*** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. ***Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. ***Risco operacional:*** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos e evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios.

Classificação dos instrumentos financeiros:	**2015**	**2014**
Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado		
Ativos		
Depósitos à vista	206	358
Aplicações financeiras	205	–
Instrumento financeiro mantido pelo custo amortizado		
Empréstimos e Recebíveis		
Dividendos a receber	195	241
Operações de mútuo	350.058	356.558
Contas a receber por cessão de créditos	287.105	293.703
Outros créditos	47	45
Passivos		
Fornecedores	79	63
Outras contas a pagar	457	451

Valor justo: *Valor justo versus valor contábil:* Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2015 Valor contábil	**2015 Valor justo**	**2014 Valor contábil**	**2014 Valor justo**
Instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado				
Ativos				
Depósitos à vista	206	206	358	358
Aplicações financeiras	205	205	–	–
Instrumento financeiro mantido pelo custo amortizado				
Empréstimos e recebíveis				
Dividendos a receber	195	195	241	241
Operações de mútuo	350.058	350.058	356.558	356.558
Contas a receber por cessão de créditos	287.105	287.105	293.703	293.703
Outros créditos	47	47	45	45
Passivos				
Fornecedores	79	79	63	63
Outras contas a pagar	457	457	471	471

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir fornece uma análise do instrumento financeiro mensurado ao valor justo após o reconhecimento inicial, agrupado nos níveis 1 a 2, com base nos graus observáveis abaixo: • **Mensurações de valor justo de Nível 1:** são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e • **Mensurações de valor justo de Nível 2:** são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

	2015 Nível 1	**2015 Nível 2**
Ativos		
Depósitos à vista	206	–
Aplicações financeiras	–	205

	2014 Nível 1	**2014 Nível 2**
Ativos		
Depósitos à vista	358	–

13. Partes relacionadas	**2015**	**2014**
Ativo circulante		
Dividendos a receber		
Imocop Empreendimentos e Participações S.A.	195	241
Ativo não circulante		
Mútuos		
Cooperativa	350.058	356.558

A parte controladora final da Companhia é a Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Operações com partes relacionadas são transações realizadas entre a Companhia e sua coligada ou demais partes relacionadas e referem-se basicamente a: • **Valores ativos** - As operações de mútuo são classificadas como ativos financeiros demonstrados ao custo amortizado. As operações não possuem vencimentos.

14. Patrimônio líquido

Capital social: O capital social está representado por 334.281.641, em 31 de março de 2015 e 2014, ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes aos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	**Representatividade**
Cooperativa de Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo	334.281.640	99,9999%
Outros	1	0,0001%
	334.281.641	100,0000%

Reserva Legal: Reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. ***Dividendos:*** Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

15. Outras receitas

	2015	**2014**
Reversões de provisões passivas	831	436
Parcelamento de impostos	–	1.181
Reversão de provisão de honorários advocatícios	6.237	–
Outras receitas	–	90
	7.068	1.707

16. Outras despesas

	2015	**2014**
Despesas bancárias	(2)	(2)
Despesas com contingências e autos de infração	(6.685)	(4.763)
Despesas com outros impostos	–	(5)
Outras despesas	(6)	(8)
	(6.693)	(4.778)

17. Financeiras líquidas

Receitas financeiras	**2015**	**2014**
Receitas com operações financeiras	35	164
Juros sobre cessão de direitos de créditos	21.746	19.126
Outras receitas financeiras	71	48
	21.852	19.339
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(119)	(99)
Despesas com provisões para contingências	(2.183)	(1.746)
Descontos concedidos	–	(45)
Juros sobre impostos parcelados	(21.875)	(19.326)
Outras despesas financeiras	–	(3)
	(24.177)	(21.219)
Financeiras líquidas	(2.325)	(1.880)

Valor justo de instrumento financeiro corresponde ao ajuste do valor justo referente ao mútuo mantido com a Cooperativa (controladora).

18. Despesas administrativas

	2015	**2014**
Depreciação e amortização	(1)	(1)
Despesas com pessoal	(295)	(320)
Serviços contratados de pessoas jurídicas	(1.492)	(779)
Outras despesas	(793)	(554)
	(2.581)	(1.654)

DIRETORIA

Luís Roberto Pogetti - Diretor - Presidente

Paulo Roberto de Souza - Diretor Superintendente

Alexandre de Mattos Setten - Diretor

Contador - Carlos Cavalcante Guimarães

CRC-TC 1SP194441/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores da

Arrepar Participações S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Arrepar Participações S.A. "Companhia", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arrepar Participações S.A. em 31 de março de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

A Companhia possui prejuízos operacionais acumulados, condição que evidencia sua dependência de suporte financeiro da sua controladora, Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 15 de junho de 2015

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Fernando Rogério Liani

Contador CRC 1SP229193/O-2